

Do poder local ao poder regional: o movimento dos paladinos do Douro *

Carla Sequeira **

No Douro de finais do século XIX e inícios do século XX assiste-se à afirmação de uma elite regionalista que irá marcar de forma indelével a história social e institucional da Região. Num período marcado por uma crise comercial, a sua acção far-se-á notar durante todo o primeiro terço do século XX, culminando em 1932, data em que, com a criação da Casa do Douro, estavam alcançados os objectivos principais que os animavam: sindicalização da viticultura, defesa da marca e da qualidade do vinho do Porto.

De que forma surge aquele que ficará conhecido como o *movimento dos Paladinos do Douro*, as questões que estão na sua origem, como se constituiu em elite regional e as consequências da sua existência é o que iremos analisar de seguida.

1. O advir do *movimento dos paladinos do Douro*

Uma das grandes lacunas da Região Demarcada do Douro, no período em apreço, e que muito contribuiu para o agravamento dos efeitos da crise económica então vivida, era a inexistência de sindicatos agrícolas. Verificava-se, inclusive, a ausência, entre a maior parte dos viticultores, de qualquer espírito associativo que permitisse a sua fundação (nos inícios do século XX ainda se verificará a institui-

* Comunicação apresentada ao Congresso *O Poder Local em Tempo de Globalização* (Faculdade de Letras de Coimbra), em 2002.

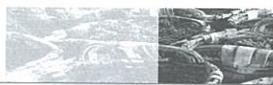
** Estudante de Doutoramento em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do GEHVID.

ção de sindicatos agrícolas em algumas localidades mas terão, geralmente, vida efêmera)¹. Desse modo, não estando organizados no sentido da defesa dos seus interesses, os viticultores apoiam o emergir e a afirmação de uma elite regional formada por um conjunto de personalidades pertencentes à classe média local, de formação académica, com forte influência política local e nacional, que se empenhará na defesa da Região e do Vinho do Porto. Integram-na homens como Antão de Carvalho, Júlio Vasques, Vítor de Macedo Pinto, Amílcar de Sousa, Amâncio de Queirós, Artur Pinto Ribeiro e Torcato de Magalhães, aos quais se juntará Carlos Amorim e outros. Assumindo-se como representantes da Região, lideram os seus protestos, agregam a lavoura, num esforço de associativismo, conferindo-lhe uma certa unidade perante os poderes públicos.

Gozando de grande influência e ascendente sobre a viticultura duriense, estas personalidades avocam-se como a elite política local, com competência para governar a Região. Desenvolvem uma consciência de que o Douro precisa deles enquanto tal e de que os seus destinos passam por si, pela sua intervenção e liderança.

Ficarão conhecidos como *Paladinos do Douro* porque, traduzindo o pensar e o sentir da Região, são os mentores das grandes alterações legislativas que se verificam em seu benefício, bem como da grande reforma institucional que constituirá a criação da Casa do Douro. Alcançam junto do Governo a concretização das reivindicações regionais, com as quais se identificam. Representam a Região nas reuniões com ministros e outros elementos do poder central, bem como nos embates com os seus “inimigos” (Comércio e Sul). Integram os órgãos representativos da Região (Câmaras Municipais) e da viticultura (Comissão de Viticultura da Região do Douro, Comissões e Juntas de Defesa do Douro e, mais tarde, a Casa do Douro). Desta forma, o *movimento dos paladinos do Douro* apresenta-se como um poder regional: saindo do poder local, assume novos e alargados contornos, não só por uma identificação directa com os órgãos dirigentes da Região, mas também pela movimentação e apoio que consegue obter junto das estruturas regionais. Além disso, são personalidades embrenhadas na política também a nível nacional, pois acumulam com o cargo de presidentes de Câmara, o de deputados, senadores e até de ministros. É, pois, notória a existência de uma vontade deliberada de formar uma elite política cuja acção se faça sentir até Lisboa. Usam com mestria a sua condição de políticos no intuito de influenciar de forma positiva os destinos da Região.

¹ Cf. MOREIRA, Vital – *Nas origens da Casa do Douro*. Porto: GEHVID, 1996. Cadernos da Revista «Douro – Estudos e Documentos» n.º 1, p. 8-9; AMORIM, Carlos – *Fundação da Casa do Douro: subsídios para a sua história*, Favaio: Adega Cooperativa de Favaio, 1991, p. 15.



A partir de finais do século XIX começam a surgir as *Comissões de Defesa do Douro*, donde este *movimento* radicará. É já a expressão de um discurso regional que pretende, face à crise e às dissensões com o comércio e viticultura sulista, que os destinos da Região do Douro dependam, em primeiro lugar, dela própria. O movimento que começa então a delinear-se, apoiar-se-á na imprensa regional/regionalista. Por outro lado, procurará ainda criar uma rede política, empenhando-se no desenvolvimento dos círculos republicanos e comissões republicanas concelhias, destacando-se nesta missão Antão de Carvalho². No mesmo sentido, os seus membros sugerem a formação de partidos regionais/regionalistas, como afirmação e consolidação de um poder regional que pretendem sustentar, alargar e consolidar. É a expressão de uma mentalidade muito própria, cujo expoente está na máxima «para cá do Marão mandam os que cá estão».

2. As diversas fases do *movimento*

Constituindo um movimento de defesa regional, a sua evolução acompanha as diversas conjunturas económicas e sociais, fazendo-se notar, particularmente, nos períodos de crise económica aguda. Mas não deixará de estar atento também a novas conjunturas políticas – desde a Monarquia ao Estado Novo – nunca descuidando os princípios que motivaram a sua formação. O *movimento dos Paladinos do Douro* foi uma presença sempre constante e vigilante, com uma acção de grande alcance, apontando para uma actividade ininterrupta.

Contudo, podemos distinguir, em termos cronológicos, dois momentos no *movimento dos Paladinos do Douro*: no primeiro, que decorre até 1925, o Douro pede ao Estado medidas de carácter legislativo; no segundo, de 1926 a 1932, reivindica e constrói uma reforma institucional. Ambos perseguem o mesmo objectivo: a defesa da marca *Porto*, não apenas em Portugal mas também no Estrangeiro. A sua luta será também contra o que consideram ser a inércia do Estado perante a crise e a *questão duriense* (conflito lavoura-comércio, Douro-sul), desdobrando-se em iniciativas institucionais e populares.

1903, coincidindo com uma crise de superprodução, em virtude das fraudes e falsificações e baixos preços oferecidos ao produtor, marca o início da sua actividade. Novamente em 1914-15 se mobilizam, desta vez a propósito do tratado luso-

² Cf. SEQUEIRA, Carla – *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID, 2000. Cadernos da Revista «Douro – Estudos e Documentos» n.º 5, p. 151-152.

-britânico, percorrendo toda a Região em campanha de esclarecimento contra o que consideravam ser os perigos do seu artigo 6º. Em 1921, tem lugar nova agitação motivada pelas fraudes praticadas pelo comércio em Gaia, assim como pela entrada de vinhos do Sul nessa mesma localidade. Em 1925, movimentam-nos as incertezas decorrentes da renovação do tratado luso-britânico. Será precisamente neste ano que se formará o grupo dos *Paladinos*; o *movimento* assume características mais permanentes e constantes, desenvolvendo-se face ao acelerar da crise.

A partir de 1926, a defesa da marca e da qualidade ganha novos contornos, passando por uma reforma institucional no sentido da sindicalização³. Pretendia-se a criação de mecanismos de auto-regulação da produção, até aí inexistentes. Após esta data o movimento assentará não apenas nos esforços dos *Paladinos*, mas também nos sindicatos, pela colaboração que virão a dar, embora em reduzida escala – apenas o de Favaio, Santa Marta e Barqueiros –, espelho da indiferença que caracterizava o Douro. Os próprios *Paladinos* se empenham na tentativa da sua activação, fundando novos e/ou reactivando os já existentes⁴.

O *movimento* terá também o auxílio das autoridades da Região, verificando-se a adesão de grande número de Câmaras Municipais⁵. Aos *Paladinos* associam-se as outras formas de poder, criando uma rede informal sustentada nos organismos durieneses, contribuindo para o alicerçar do poder regional.

1931 marca um ponto de viragem: os esforços pela sindicalização intensificam-se, culminando em 1932, com o decreto de criação da Casa do Douro. Obtinha-se a tão desejada reforma institucional, mas não da forma delineada, pois o projecto apresentado ao Governo foi por este deturpado, com a introdução de disposições consideradas subversivas do princípio associativo e representativo (particularmente no que diz respeito à intervenção do Estado através da nomeação de um seu delegado para a Direcção da Casa do Douro)⁶. A ideia da Casa do Douro como órgão regional foi, assim, desvirtuada pelo corporativismo de Estado⁷.

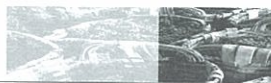
³ Neste ano movem ainda esforços a propósito da criação do Entrepósito de Gaia.

⁴ Cf. AMORIM, Carlos – *op. cit.*, p. 12; SEQUEIRA, Carla – *op. cit.*, p. 97.

⁵ Cf. ROSEIRA, Luís – *Uma vida pelo Douro*. Porto: Edições Asa, 1992, p. 107.

⁶ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – «Casa do Douro». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Editorial Figueirinhas, 1999, p. 241-243.

⁷ Este facto provoca uma cisão no *movimento dos paladinos*, entre os que aderem ao regime salazarista e os que se mantêm em campo político contrário.



3. Organização e actividade

O *movimento* estava organizado em torno da chamada *Comissão de Defesa do Douro*, também denominada *Junta de Defesa do Douro* ou *Comissão de Defesa dos Interesses do Douro*. Esta surge por vontade expressa dos *paladinos* em virtude da gravidade do momento e das questões em causa. Tem uma vida efémera, mas a sua reconstituição verificar-se-á sempre que necessário, sempre que se considera estar em perigo a marca *Porto* ou os interesses do Douro, constituindo-se num órgão com um carácter oficial pelo qual o Douro se faz ouvir⁸.

Em volta de uma Comissão Central organizavam-se diversas comissões concelhias, que lhe estavam adstritas e subordinadas. Criava-se, assim, uma rede de influências regional: as comissões concelhias ocupavam-se da propaganda por toda a Região, mantendo em contínuo o movimento regional e regionalista.

De entre as formas de actuação do *movimento*, que incluíam conferências e reuniões⁹, um particular destaque era dado à imprensa regional. Especialmente utilizada pelos *paladinos*, através dela transmitiam as suas posições face à conjuntura e veiculavam as suas doutrinas¹⁰, de uma forma constante e persistente. Usada como agente privilegiado de contacto com a viticultura, constituía um meio de manifestação do seu regionalismo exacerbado. Integrando-a na sua estratégia global de defesa da Região, serviam-se da imprensa como forma de exercício de poder sobre a lavoura, no sentido de a orientar para o fim a alcançar, e como suporte à sua acção e às suas missões de propaganda ou esclarecimento; em consequência, o seu contributo para o incrementar do associativismo terá sido de grande importância.

Também de especial importância se revestiu a realização de comícios, que se verificam com maior predominância após 1926 e principalmente em 1931-32, tornando-se menos espaçados no tempo e em maior número¹¹. Esta é a forma mais directa de intervenção e de manutenção da unidade regional: congregam os vicultores, doutrina-nos, incitam-nos ao combate, associam-nos ao movimento reivindicativo. É convocada toda a Região: lavoura e organismos oficiais (Sindicatos Agrícolas, Câmaras Municipais, Governos Cívicos, Comissão de Viticultura da Região

⁸ Será a Comissão de Defesa do Douro que sempre se deslocará a Lisboa para negociações com o Governo.

⁹ Cf. AMORIM, Carlos – *op. cit.*, p. 16-21.

¹⁰ A unanimidade de orientação teórica e doutrinal acentua-lhes o seu carácter de elite e de paladinos.

¹¹ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – *op. cit.*, p. 242.

do Douro), ou seja, são envolvidas todas as forças vivas num grande movimento de conjunto.

Espelho de exercitação de um poder regional, embora realizando-se maioritariamente na Régua, ocorrem um pouco por toda a Região, desde Pinhão a Alijó, passando por Favaios e Vila Real. Convocados especialmente em conjunturas de crise, muitas vezes invoca-se ainda o abandono do Douro pelo Governo, usando este argumento como justificação do movimento que se pretende organizar. O objectivo principal é apresentar propostas e decidir com os viticultores quais as reivindicações a apresentar ao poder central¹². À semelhança da imprensa, nos comícios apela-se à defesa da região, da marca, da qualidade, e ao associativismo; por fim, também a uma reforma institucional.

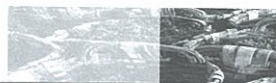
4. Conclusões

O *movimento dos paladinos do Douro* constituiu um poder regional, que liderou a Região Demarcada do Douro ao longo do primeiro terço do século XX, assumido de uma forma consciente. Na verdade, estamos na presença de um conjunto de personalidades intervenientes no poder local, mas ultrapassando as suas fronteiras, unidas em defesa de questões regionais e regionalistas, que organizam e lideram os movimentos reivindicativos, cabendo-lhe papel primordial em todas as mudanças verificadas ao longo do seu período de acção.

Denotando uma forte consciência do Douro como uma unidade, todas as suas acções ficam marcadas pelo discurso de Região, identificada com a área demarcada. O *movimento*, encarnando a *questão duriense*, defende, em simultâneo, quer os interesses vinhateiros quer os interesses regionais. Os conceitos geográfico e económico misturam-se de forma consciente: “Região” equivale a “Douro” (área demarcada de produção do vinho do Porto); à defesa do vinho do Porto (perspectiva económica) está sempre subjacente a apologia do Douro (perspectiva geográfica). Por isso, este poder regional alicerça-se no vinho do Porto, mas não esquece as demais vertentes económicas regionais (como, por exemplo, a cultura do tabaco).

O seu grau de influência sobre a Região pode ser medido pela afluência de grande número de viticultores aos comícios e pelo envolvimento das Câmaras Municipais nas acções desenvolvidas. A Região reclama a sua força e autoridade. O poder regional que detêm é tanto maior quanto o Douro se sente representado

¹² Após os comícios verificava-se a pressão sobre os poderes públicos, através dos intensos contactos estabelecidos, fosse directamente em Lisboa, ou por via telegráfica.



neles e espera pelo resultado do seu desempenho. Deste modo, não só se auto-constituem num poder regional, mas é a própria Região que os confirma como tal e lhes outorga esse poder, confiando-lhes os seus destinos. Não se substituem aos organismos oficiais mas completam-nos. Estamos, assim, na presença de um poder regional delegado, cuja influência se faz sentir igualmente sobre o Estado, junto do qual é exercida pressão no sentido de concretizar as reivindicações regionais. E à semelhança da lavoura, o próprio Governo os reconhece como o “rosto” do Douro, encetando conversações e, em momentos críticos, chamando-os a integrar comissões de estudo de problemas conjunturais ou de elaboração de leis do sector.

Finalmente, o *movimento dos paladinos do Douro* foi um caso paradigmático e exemplar de uma consciência activa de cidadania e empenho no desenvolvimento das populações, a cuja actividade se ficaram a dever os alicerces do Douro de hoje, particularmente do ponto de vista institucional. Movimento simbólico de uma ideologia regionalista (embora o resultado final tenha sido diferente do idealizado), a sua presença ainda hoje é manifesta na estátua de Antão de Carvalho colocada à frente da Casa do Douro. De resto, atestando a sua importância, novas vozes, na conjuntura actual, se levantam reclamando a necessidade de uma nova elite, de características semelhantes.

Bibliografia

- AMORIM, Carlos – *Casa do Douro: quinquagésimo aniversário*. Porto: Imprensa Social, 1983.
- AMORIM, Carlos – *Fundação da Casa do Douro: subsídios para a sua história*. Favaio: Adega Cooperativa de Favaio, 1991.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 1990.
- MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco: a organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. Biblioteca das Ciências do Homem.
- MOREIRA, Vital – *Nas origens da Casa do Douro*. Porto: GEHVID, 1996. Cadernos da Revista «Douro – Estudos e Documentos» n.º 1.
- PEREIRA, Gaspar Martins – «Casa do Douro». In *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Editorial Figueirinhas, 1999, p. 241-243.
- ROSEIRA, Luís – *Uma vida pelo Douro*. Porto: Edições Asa, 1992.
- SEQUEIRA, Carla – *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID, 2000. Cadernos da Revista «Douro – Estudos e Documentos» n.º 5.

